



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
DIRETORIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE POLUENTES E EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS
EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES POLUENTES E CONTAMINANTES

Informação Técnica nº 16/2024-EQ-Fiscpol/Sepol/CGFis/Dipro

Número do Processo: 02001.042701/2023-36

Interessado: TCU

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se, na origem, de processo instaurada para discutir eventual interesse da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente em aderir a pedido de concentração da representação extrajudicial da União perante o Tribunal de Contas da União nos TCs nº 008.851/2023-9 e 039.695/2023-9 cujo objeto diz respeito à avaliação dos acordos judiciais celebrados com a finalidade de promover a reparação ambiental dos danos causados pela exploração de sal-gema em Maceió-AL.

1.2. Conforme NOTA TÉCNICA Nº 32/2023/CGEMA/DIPRO (SEI 17904549) coube à Coordenador Geral de Emergências Ambientais- CGEMA prestar informações e subsídios para esclarecer a atuação do IBAMA na quantificação e reparação dos danos causados à União pela subsidência ocorrida em Maceió - AL, bem como informar se participará das novas tratativas em curso (ou se participou de negociações finalizadas) envolvendo os danos relacionados à subsidência em área do município de Maceió, decorrente da exploração de sal-gema por parte da Braskem. Na mesma oportunidade, a referida coordenação informou sobre o papel e competências do IBAMA em relação à emergência verificada, tendo concluído:

Infere-se que o provável nexos causal do colapso da Mina 18 da Braskem, situada em Maceió/AL teve origem, no anos 70, início das atividades de extração de sal-gema (minério utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC) pela mineradora Salgema Indústrias Químicas S.A., atualmente chamada Braskem. Desde 2018, quando foram observados tremores de terra e rachaduras em construções situadas em bairros próximos às minas da Braskem, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o IMA/AL, o Ministério Público do Estado de Alagoas – MP/AL, Ministério Público Federal - MPF, a Justiça Federal de Alagoas, a Agência Nacional de Mineração – ANM, entre outros, vêm adotando medidas para mitigar os danos ambientais, inclusive homologando acordos visando a reparação de danos ambientais causados pela exploração de sal-gema no Estado de Alagoas por quarenta anos.

Destaca-se que durante todo o processo de discussão, os entes envolvidos no caso entenderam que este Instituto não é competente para tratar do tema. Entendimento que se coaduna com o adotado por esta CGema/Dipro.

Diante disso, conclui-se que o Ibama, por intermédio da Equipe Técnicas de Prevenção e Atendimento às Emergências Ambientais e da Superintendência do Ibama no estado de Alagoas, vem prestando apoio aos órgãos e instituições envolvidas com o evento em questão, especialmente às Defesas Cíveis Estadual e Municipal e ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL), especificamente à partir de 01/12/2023, após a Prefeitura de Maceió/AL ter decretado

situação de emergência por 180 dias por iminência de colapso da mina 18 da mineradora Braskem. Fato este que se concretizou com o colapso da mina 18 no início da tarde do dia 10/12/2023. É competência institucional do Ibama prestar a "assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade em caso de acidentes e emergências ambientais de relevante interesse ambiental", conforme determina o Art. 2º, inciso IX, Decreto 11.905/2022.

1.3. Em continuidade do procedimento, o DESPACHO n. 00043/2024/CERESP/PFEIBAMA-SEDE/PGF/AGU, devidamente acolhido pelo DESPACHO n. 00039/2024/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, aventou a necessidade de o Ibama "verificar a ocorrência superveniente de situação de dano que determine a atuação sancionatória ou reparatória por parte da autarquia federal, sempre a considerar, em fato, a fixação de atribuições de licenciamento por parte do órgão ambiental estadual, ao teor da Lei Complementar n. 140".

1.4. A demanda foi encaminhada para Divisão Técnico - Ambiental da Superintendência de Alagoas, resultando na Informação Técnica 2 (SEI nº 18349841), que além de anuir com o posicionamento adotado pela CGEMA, sugeriu:

(...) cabe a Presidência do IBAMA avaliar se é considerado devido, a abertura de expediente específico ao intento de verificar a ocorrência superveniente de situação de dano que determine a por parte da autarquia federal. Cabe destacar que o em maio de 2018 o Ministério Público Federal-MPF instaurou o primeiro Inquérito Civil nº 1.11.000.000649/2018-29 para apuração dos fatos, e se as causas do acidente tem relação com a exploração de sal-gema, realizado pela Braskem. Durante os anos subsequentes o Ministério Público Federal de Alagoas assumiu a apuração dos danos ambientais causados pela empresa.

2. ANÁLISE

2.1. De partida, cumpre esclarecer que, no âmbito de organização interna da Diretoria de Proteção ambiental- DIPRO, conforme tratativas constantes no processo 02001.123693/2017-80, a competência de apuração dos ilícitos de todos os acidentes registrados no Siema foi delegada à CGEMA desde a realização do "Workshop – Apuração das infrações ambientais relacionadas às emergências ambientais", realizado no período de 05 a 14 de novembro de 2018.

2.2. No âmbito da competência do Ibama para prestar "assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade em caso de acidentes e emergências ambientais de relevante interesse ambiental" (Art. 2º, inciso IX, Decreto 11.905/2022), servidores de equipe técnicas de prevenção e atendimento às emergências ambientais, em apoio à Superintendência do Ibama no estado de Alagoas, vem prestando apoio à Defesas Civil Estadual e Municipal no caso da Mina 18 da Braskem.

2.3. Na NOTA TÉCNICA Nº 32/2023/CGEMA/DIPRO (SEI 17904549) consta a informação de que foi inserido o Anexo Formulários SCI 209 - Resumo Diário (17910140), que trata de relatórios diários das atividades realizadas pelo Ibama em apoio ao Governo do Estado de Alagoas e a Prefeitura Municipal de Maceió, via suas respectivas Defesa Civil Estadual e Municipal.

2.4. À vista da divisão de competências estabelecidas na Lei Complementar- LC nº 140/2011 é inquestionável a atribuição primária do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas- IMA para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental, enquanto órgão ambiental responsável pela licença que subsidia a operação da Braskem para exploração da jazida de sal-gema.

2.5. Todavia, alerta-se que eventual atuação subsidiária, além de poder decorrer de solicitação do ente federativo originariamente detentor da atribuição, desponta na situação de omissão ou da insuficiência na tutela fiscalizatória por parte deste, nos termos do Acórdão da [ADI 4757](#), STF, de 13/12/2022. Na oportunidade, a corte decidiu que a prevalência do auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente para o licenciamento ou autorização ambiental, sobre a qual versa o § 3º, do art. 17, da LC 140/2011, não exclui a atuação supletiva de outro ente federado, no caso o Ibama, quando houver a insuficiência na tutela fiscalizatória por parte do órgão ambiental local, para que não se incorra na transgressão do princípio da proibição de proteção deficiente.

2.6. Até o presente momento, de acordo com documento técnico produzido (SEI 17904549), firmou-se o entendimento de que a lagoa Mundaú, situada no município de Alagoas/Al, por se encontrar

em águas interiores abrigadas, não atrai a competência Federal, afastando a situação que *per si* importaria em insuficiência de tutela fiscalizatória por ausência de competência.

2.7. Anota-se que, por intermédio da CGEMA, em decorrência do apoio e fornecendo informações prestadas aos tomadores de decisão locais, foram expedidos diversos ofícios que guardam relação com o caso, a saber:

Ofício nº 550/2023/SUPES-AL (17757340), encaminhado ao Instituto do Meio Ambiente do estado de Alagoas (IMA/AL), solicita: i) O Plano de Gerenciamento de Riscos — PGR e Plano de Ação de Emergência — PAE do empreendimento (da mineração e do descomissionamento); ii) informações coletadas sobre o empreendimento, como possíveis contaminantes e situações que possam causar dano ambiental; iii) o Plano de Resgate de Fauna; iv) os dados de batimetria da Lagoa Mundaú, salientando que o IMA/AL é o órgão ambiental que detém a competência para condução dos processos de licenciamento ambiental, da indústria, mineração e atividades ligadas ao descomissionamento das jazidas de extração mineral da Braskem;

Ofício nº 551/2023/SUPES-AL (17757403), encaminhado ao Serviço Geológico do Brasil, solicita: i) os estudos de risco elaborados sobre as atividades de mineração da empresa Braskem em Maceió/AL; ii) os relatórios geológicos mais atualizados referentes à situação atual na mina de sal-gema da Braskem;

Ofício nº 552/2023/SUPES-AL (17757549), encaminhado à Universidade Federal de Alagoas, solicita: Laudo das análises das coletas de água feitas no sábado, dia 02/12/2023 e quaisquer outras análises que tenham sido feitas sobre aquela área;

Ofício nº 553/2023/SUPES-AL (17757644), encaminhado à Defesa Civil Municipal de Maceió, solicita: i) Acesso ao dashboard com os dados do incidente mostrado na reunião do dia 05/12/2023; ii) O plano de contingência dos bairros afetados;

Ofício nº 554/2023/SUPES-AL (17757749), encaminhado à Agência Nacional de Mineração (ANM), solicita: plano de descomissionamento das atividades da mineradora Braskem;

Ofício nº 555/2023/SUPES-AL (17758467), encaminhado à empresa Braskem, solicita: i) Uma lista dos equipamentos e possíveis poluentes (como tanques de combustível e etc.), com sua localização aproximada, presentes na zona de isolamento do incidente; ii) uma lista das tubulações (de água, gás ou quaisquer outros tipos) presentes na área afetada; iii) informações sobre qualquer outra situação apurada pela empresa que possa causar dano ambiental; e

Ofício nº 559/2023/SUPES-AL (17845610), encaminhado à empresa Braskem, solicita: os dados dos estudos de batimetria e de mapeamento com LiDAR da área do entorno da Mina 18, realizados no dia 15/12/2023.

2.8. Considerando todo o empenho empregado pela CGEMA, que acompanha e presta o apoio necessário ao caso, acredita-se que os dados sejam incipientes para se avaliar situação superveniente de dano a qual o órgão competente primário não tenha responsabilizado o infrator por omissão ou por insuficiência de tutela fiscalizatória.

2.9. Destarte, tendo em vista que a apuração de eventual ilícito ambiental relacionado com evento registrados no Siema compete à CGEMA, sugere-se à remessa do feito àquela coordenação para as apreciações devidas no momento oportuno.

2.10. Em relação ao DESPACHO n. 00043/2024/CERESP/PFEIBAMA-SEDE/PGF/AGU, devidamente acolhido pelo DESPACHO n. 00039/2024/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, salvo melhor juízo, entende-se que foi encaminhado para conhecimento da decisão de concordância com a solicitação de representação extrajudicial da União centralizada e direta pelo DEAEX/CGU/AGU no âmbito dos TCs nºs 008.851/2023-9 e 039.695/2023-9. Outrossim, como a demanda vem sendo devidamente acompanhada, pressupõe-se que caso seja verificada situação que demande a atuação supletiva desta autarquia, as medidas sancionatórias aos danos supervenientes serão devidamente adotadas, atentando-se às prescrições estabelecidas na LC 140/11.

3. CONCLUSÃO

- 3.1. Considerando que eventual ilícito ambiental apurado, em que seja cabível a atuação do Ibama, estará relacionado com evento registrados no Siema e que, de acordo com as tratativas constantes no processo 02001.123693/2017-80, a CGEMA seria responsável pela apuração, sugere-se à remessa do feito àquela coordenação.
- 3.2. Considerando que o DESPACHO n. 00043/2024/CERESP/PFEIBAMA-SEDE/PGF/AGU, devidamente acolhido pelo DESPACHO n. 00039/2024/GABIN/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, foi encaminhado para conhecimento da decisão de concordância com a solicitação de representação extrajudicial da União centralizada e direta pelo DEAE/CGU/AGU no âmbito dos TCs nºs 008.851/2023-9 e 039.695/2023-9, e que a demanda vem sendo devidamente acompanhada pela CGEMA, pressupõe-se que, caso seja verificada situação que demande a atuação desta autarquia, as medidas sancionatórias por danos supervenientes serão adotadas no momento oportuno, atentando-se às prescrições estabelecidas na LC 140/11, não havendo providências a serem tomadas por este serviço.
- 3.3. Não obstante, o SEPOL coloca-se à disposição da CGEMA para prestar o apoio necessário.
- 3.4. À apreciação superior.

Respeitosamente,

Franciely Ap. Lopes Rabelo

Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **FRANCIELY APARECIDA LOPES RABELO, Analista Ambiental**, em 22/02/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **18401989** e o código CRC **117A4156**.